

ATA DA 32ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS REALIZADA NO MINI-AUDITÓRIO DA CODEVASF.

Data: 17/03/2004

Início:10:00 h – Término:- 17:00 h

MEMBROS PARTICIPANTES:

1 –Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT

Ausência

2-Ministério do Meio Ambiente - MMA - SRH

Dr.^a Francis Priscilla Vargas Hager (fpriscilla@cnrh-srh.gov.br)

3-Ministério da Saúde - MS

Dr. Jamaci Avelino do Nascimento Júnior (jamaci.nascimento@funasa.gov.br)

4-Ministério de Minas e Energia - MME

Dr. Marcelo Jorge Medeiros (marcelo@df.cprm.gov.br)

5-Ministério do Meio Ambiente – MMA - ANA

Dr. Fernando Roberto de Oliveira (fernando@ana.gov.br)

6-Ministério da Defesa - MD

Dr. José de Souza Leal Neto(jslealneto@hotmail.com)

7-Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA

Ausência

8- Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Minas Gerais/Espírito Santo

Dr.^a Maria Luiza Silva Ramos (malu@igam.mg.gov.br)

9-Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Goiás/Distrito Federal

Dr. Luiz Antonio Barbosa (luisgeo@ig.com.br)

10- Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Rio Grande do Norte/Alagoas

Dr.^a Vera Lucia Lopes de Castro (veracastro@rn.gov.br)(vcastro.nat@terra.com.br)

11- Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Paraná/Mato Grosso

Dr. Everton Luiz da Costa Souza (veto@br.gov.br)(villanisouza@br.turbo.com.br)

12- Conselho Estadual de Recursos Hídricos – São Paulo/Rio de Janeiro

Ausência

13–Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Dr. João Carlos Simanke de Souza (jsimanke@sabesp.com.br) (jsimanke@terra.com.br)

14-Indústrias

Dr. Marcelo Taylor de Lima (mataylor@cni.org.br)

15 Pescadores e Usuários da Água para o Lazer e Turismo

Dr.^a. Neiva Miranda Couro (neiva.couro@ctbctelecom.net.br)

16-Comitês, Consórcios e Associação Intermunicipal das Bacias

Dr. Osmar José Gualdi (comite@recursoshidricos.sp.gov.br)

17- Organizações não Governamentais

Dr. Fábio Lavour

CONVIDADOS:

Dr. Márcio Rodrigues Corrêa (mcorrea@cemig.com.br)

Dr. Reginaldo Gomes (rgomes@ambigeo.com.br)

Dr. Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)

Dr. Carlos Pedroza de Andrade - Representante da ABINAM - Associação Brasileira das Indústrias de Água Mineral (pedrozadeandrade@terra.com.br)

Dr. José Roberto Centeno Cordeiro (jose.centeno@cverd.com.br)

Dr. Fabrício Bueno da Fonseca Cardoso

Dr. Emanuel Teixeira de Queiroz (emanuel@dnpm.gov.br)

Dr.^a Dorothy Casarini (dorothy@cetesb.sp.gov.br) (gss@cetesb.sp.gov.br)

Dr. Fábio Lavor Teixeira (fabio.teixeira@mma.gov.br)

Dr. João César de Freitas Pinheiro(joaoceasar@dnpm.gov.br)

RELATOR:

Sebastião Domingos de Oliveira (sebastiao.oliveira@mma.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Dando início a reunião o Presidente cumprimentou os presentes e solicitou que fosse feita a auto apresentação. Foi colocada em discussão a ata da 31ª reunião a qual, após as retificações propostas pelas Dr.ª Dorothy, Dr.ª Maria Luiza e Dr. Emanuel foi aprovada. Nos comunicados da presidência, o Dr. Simanke discorreu sobre os ofícios que foram encaminhados pela CTAS ao Coordenador da Câmara Técnica de Água Subterrânea de São Paulo e aos CERHs visando buscar um maior relacionamento oficial com as Câmaras Técnicas de Águas Subterrâneas Estaduais; Em seguida Dr.ª Vera comunicou que a 33ª Reunião da CTAS será realizada em **Natal-RN, nos dias 19 e 20 de abril de 2004**. Dr. Roberto Monteiro relatou que defendeu no CONAMA a solicitação no sentido de oficializar a inclusão da expressão superficial logo após o termo "corpo hídrico" no art. 2º alínea "P", da Resolução CONAMA Nº 20/86, de forma a não caracterizar as águas subterrâneas como "corpo receptor", portanto, não podendo receber lançamento de efluentes. Ainda sobre os comunicados da Presidência, o Dr. Simanke solicitou à Dr.ª Priscilla que fizesse um relato das deliberações na última reunião da CTIL, com relação ao Art. 17 do PL. 1616. A Dr.ª Francis Priscilla informou que o referido artigo foi suprimido mas que a CETIL, após considerações, solicitou a apresentação de uma proposta de artigo substitutivo que tratasse da gestão das águas minerais com a gestão de recursos hídricos. Informou ainda que a CTIL, fará uma reunião nos próximos dias, para deliberar sobre o texto final do PL. 1616, que será discutido na plenária do CNRH, para aprovação ou não, e posterior encaminhamento ao relator do PL na Câmara Federal, Dep. João Pizzolatti. A proposta foi aceita pelos membros da CTAS. Os debates a respeito da redação do novo artigo foram abertos. Dr.ª Francis destacou ainda que o Dr. João César de Freitas Pinheiro, Diretor Geral Adjunto do DNPM ao tecer algumas considerações a respeito do tema água mineral, em uma correspondência recebida pela mesma, através de e-mail, afirmou que "água mineral, além de ser recurso hídrico é também recurso mineral – um recurso estratégico muito nobre", o que segundo os membros da CTAS, foi um posicionamento relevante, pois com esta postura inicia-se um entendimento entre aqueles que gerenciam o setor mineral e de recursos hídricos, que também acreditam ser a água mineral um recurso hídrico. Dr. Lancia Presidente da ABINAM - Associação Brasileira das Indústrias de Água Mineral, colocou que a questão de água mineral tem de ser visto como um bem mineral, já que o decreto de lavra que se obtém no DNPM é para uma jazida mineral e não para um recurso hídrico. Dr. Pedroza, da ABINAM considerou que, nos termos do art. 22 da Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia; destacou ainda que, nos termos do art. 176 da Constituição Federal, a pesquisa e a lavra de recursos minerais somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da união no interesse nacional nos termos da lei, concluindo que compete ao Departamento Nacional de Produção Mineral –DNPM, baixar normas em caráter suplementar e exercer fiscalização sobre o controle ambiental, a higiene e a segurança das atividades de mineração, a gestão do aproveitamento dos bens minerais, dentre estes as águas minerais e potáveis de mesa. Dr. Luiz Antônio destacou a necessidade de se compatibilizar o art.17 com o Código de Mineração. Dr.ª Dorothy destacou que após a redação do art. 17º do PL 1616, a CTAS deveria se dedicar na elaboração das resoluções voltadas a integração de procedimentos entre a pesquisa e a lavra de águas minerais, termiais de mesa ou destinadas a fins balneários e a gestão dos recursos hídricos. Dr. Marcelo Taylor manifestou a preocupação de não ter tido tempo suficiente para apresentar uma proposta de redação do art.17 e fez questão de que constasse da ata o fato de que, no futuro, poderá haver uma mudança de política e posicionamento do setor das Indústrias, haja vista que o texto do art. 17 não foi discutido com a comunidade representada por ele. Destacou a importância da elaboração do art.17 e resoluções de procedimento, observando a legalidade das propostas, para evitar consultas à CTIL. Dra. Maria Luiza disse que a redação do art. 17, não deveria especificar os procedimentos a serem adotados com relação à água mineral, apenas destacar a necessidade de integração das gestões de recursos hídricos e água mineral, com o que concordaram os Drs. Luiz Barboza e Emanuel, explicando que os procedimentos deveriam ser objeto de resolução complementar, tal qual a resolução que está sendo elaborada pela CTAS. Após amplo debate sobre a questão da redação do Artigo 17 do PL.1616, foram apresentadas quatro propostas de redação para o art. 17, sendo aprovada a apresentada pelo Dr. Fernando, com algumas modificações, a número **3: As águas minerais, potáveis de mesa e para fins balneários, sendo também água subterrânea, terão sua gestão integrada à gestão dos recursos hídricos, consideradas as legislações específicas vigentes**. O artigo, aprovado com 7 votos válidos, será encaminhado à CTIL. Deliberou-se pelo encaminhamento à CTIL, da redação do caput do art. 17, conforme a redação da proposta 3, sem parágrafos. Com relação ao item da pauta que trata da minuta de integração entre a pesquisa e lavra de águas minerais, termiais, potáveis de mesa ou destinadas a fins balneários e a gestão de recursos hídricos o Dr. Simanke considerou que em virtude do adiantado da hora, este item da pauta

DPI 25/3/04 09:36

Deleted:

DPI 25/3/04 09:37

Deleted:

DPI 25/3/04 09:38

Deleted:

DPI 25/3/04 09:49

Deleted:

DPI 25/3/04 09:53

Deleted:

seria discutido na próxima reunião. No item assuntos gerais, Dr. Fernando comunicou que a ANA, em convênio com a SEMAR-PI, irá inaugurar no próximo 22 de março, dia Mundial da Água, a instalação de equipamentos de controle de vazão em poços jorrantes do vale do Gurguéia, iniciando pelos emblemáticos poços Violetto I e II. Nesses dois poços ocorre o desperdício, de um volume estimado, de 500 m3/hora de água de boa qualidade. É um marco do desperdício no País, em uma região situada a cerca de 100 km do semi-árido nordestino- a cidade de Guaribas, um dos locais onde o governo Federal lançou o Programa Fome-Zero e tem sérios problemas de escassez de água. Em 30 de novembro de 2001 o CNRH aprovou a moção nº 05, solicitando que seja observado as disposições da resolução nº 15 desse conselho no tocante aos poços jorrantes do vale do Gurguéia. As ações implementadas pela ANA e SEMAR-PI vêm ao encontro da determinação dessa resolução. Também manifestou o interesse da ANA na elaboração de diretrizes e articulação do uso do solo em áreas de recarga direta de aquíferos. Dr. Marcelo Medeiros destacou o trabalho de cadastramento e recuperação de poços artesianos na região semi-árida do Nordeste Brasileiro, que vem sendo desenvolvido pelo Serviço Geológico do Brasil, através da CPRM. Dr. Simanke explicou que o FOCAS – Fórum das ONGS do Circuito das Águas, fez uma solicitação à CTIL, para que a mesma se posicionasse a respeito da proposta de minuta da portaria do DNPM, sobre desmineralização de águas minerais, que seria publicada nos próximos dias. A CTIL, solicitou à CTAS para se posicionar a respeito do assunto. Dr. Simanke aproveitando a oportunidade, convidou o Dr. João César, Diretor Geral Adjunto do DNPM, para que fizesse uso da palavra. Dr. João César fez algumas considerações a respeito da referida portaria de águas minerais, que seria publicada neste mês. Portaria esta, com publicação suspensa temporariamente. Segundo Dr. João César: “alguma coisa tem de ser feito para que a gestão da água mineral e gestão dos recursos hídricos seja objeto da participação pró-ativa do governo e que esta ação seja em conjunto com a sociedade. Tem que se ter um caminho que diga claramente para o empresariado que não se pode desmineralizar totalmente a água mineral. Tem que ouvir o empresariado, para saber até onde pode-se manipular fisicamente uma água mineral para que ela seja engarrafada e entre no mercado, porque o governo também quer gerar emprego e não mais gerar a exclusão social. Ainda há muito trabalho para se fazer. Um trabalho integrado. Mas estou ciente de uma coisa: nós estamos precisando de mecanismo que proíba de vez a desmineralização total de águas minerais do país e estou ciente de que isso é extremamente necessário, e a portaria a ser publicada pelo DNPM é esse mecanismo. É necessário que esta portaria passe por uma comissão de crenologia. Para isto acontecer, é que tivemos algumas reuniões recentemente no DNPM, e já estamos numa linha de estudar uma minuta de portaria que possa ser levada à uma comissão de crenologia que será nomeada pelo Presidente da República com participação de todos os agentes envolvidos no assunto”. Dr. Simanke agradeceu a presença de todos e em especial a presença do João César, reforçou que a próxima reunião da CTAS será nos dias 19 e 20 de Abril de 2004 em Natal-RN. Nada mais havendo a tratar o Presidente deu por encerrada a reunião.

DPI 25/3/04 10:19

Deleted:

DPI 25/3/04 10:19

Deleted:

João Carlos Simanke de Souza
Presidente

Sebastião Domingos de Oliveira
Relator